

Declaração Política sobre a recusa de visto a alguns jogadores da seleção nacional do andebol.

O mundo mais de que um conjunto isolado de espaços físicos é uma teia de relações, de trocas, de parcerias, de diálogo e de complementaridades onde se conquistam espaços, se alimentam simpatias e se constroem cumplicidades e entendimentos.

Cabo Verde como país insular, tendencialmente isolado, cedo se apercebeu que a sua realização se materializava no mundo largo onde as fronteiras são rompidas, as culturas se interlaçam, as línguas se confundem, as diferenças se esbatem e as relações se normalizam.

Este entendimento serviu de base para lançar no mundo, ainda nos recuados anos da luta para a independência, sementes para a afirmação destas ilhas neste planeta onde as diferenças constituem ou deveriam constituir riquezas e nunca um empecilho para um mundo mais igual e mais humano.

Sabendo que as relações só se tornam fecundas com base numa diplomacia inteligente, ágil e sustentável Cabral apostou num investimento cuidado na relação com países e organizações onde se sedimentou o prestígio, o conhecimento e o reconhecimento do papel da luta para a independência da Guiné e Cabo verde.

Esta investida permitiu contactos ao mais alto nível como com o Pápa, mas também com um conjunto de personalidade e países e com a presença nas Nações Unidas ombreando com aqueles que já eram legitimados e reconhecidos a nível interno e externo.

Talvez isso estivesse na origem de uma esmerada política externa no período pós-independência onde a projeção destas ilhas ultrapassou, claramente, a sua limitada dimensão territorial.

Chegamos a ser interlocutores credíveis em todo o continente africano com voz ativa nos organismos regionais e sub-regionais e chegamos a ser eleitos porta-vozes de um conjunto de países como o CILSS, por exemplo.

Chegamos a ser atores privilegiados para mediar e participar em negociações complexas para construir soluções de paz estáveis e duradouras como o caso, por exemplo, da África Austral.

Esta tradição de uma cultura diplomática respeitada e respeitável permaneceu por muitos anos conduzindo-nos a relações privilegiadas com um conjunto alargado de países e a construção de parcerias com países e grupos de países como é o caso da União Europeia.

O capital edificado em matéria de diplomacia e relações externas não só deve orgulhar-nos como também deve colocar sobre os nossos ombros responsabilidades acrescidas para não regredirmos e não falharmos em questões essenciais.

Nos últimos anos temos cometidos alguns erros de palmatória como se a ligeireza substituiu o profissionalismo ou como que se a cultura de rigor dos nossos profissionais

da diplomacia deixou de servir de referência para as decisões sérias que envolvem interesses de Cabo Verde. A preparação do dossier da nossa candidatura para a presidência da CEDEAO está aí para nos demonstrar como é que as coisas não devem ser feitas.

Em diplomacia a credibilidade é fundamental para garantir um alto nível de confiança entre os interlocutores, entre os países e entre as organizações.

Nos últimos dias os cabo-verdianos assistiram atónitos a recusa de vistos a um conjunto de jogadores da seleção nacional do andebol que iriam participar numa preparação para representar Cabo Verde ao mais alto nível.

Esta recusa aconteceu num contexto em que Cabo Verde tem uma parceria especial com a União Europeia, em que Cabo Verde tem assinado com a União Europeia uma parceria para a mobilidade, em que são dispensados vistos para a visita ao nosso país e em que Cabo Verde detém a presidência da CPLP.

Não devemos perder de vista que o dossier mais emblemático e mais importante da agenda da presidência de Cabo Verde da CPLP é a questão da mobilidade que acabou por ficar seriamente comprometida, ou pelo mesmo beliscada, com este incidente da recusa de visto aos atletas de uma das nossas seleções.

O que terá passado? Que erros foram cometidos? O quê que deveria ter sido feito e não foi feito?

Por mais que se esforce não se compreende porquê que se recusa vistos ao Estado de Cabo Verde, porque é disso mesmo que se trata, uma vez que os atletas estão indicados para representar o país.

A seleção não é um grupo qualquer, ela é um conjunto credenciado para representar, ao nível desportivo mais elevado, as cores e os símbolos nacionais, incorporando ou carregando consigo a alma da Nação.

Esta questão não se resolve apenas com a manifestação da indignação ou a proclamação da solidariedade do Instituto do Desporto e da Juventude ou ainda com a comunicação ao país do Ministro do Desporto manifestando a sua impotência perante todas as suas infrutíferas diligências.

O país precisa, num primeiro momento, de uma explicação responsável, clara e convincente sobre o que terá passado e, num segundo momento, de uma garantia em como atos do género não voltarão a acontecer até para não desmobilizar aqueles que estão em condições técnicas e táticas para nos representar nas competições internacionais.

O Governo e as instituições responsáveis não podem apenas nos debitar os seus lamentos, darem-se por satisfeitos e irem se descansar tranquilamente. Cabo Verde precisa e merece muito mais do que isso.

A participação de uma seleção de um país é uma representação externa deste mesmo país e, com tal, precisa de uma retaguarda forte garantida pelo Estado com todos os seus recursos institucionais, logísticos e administrativos.

E aqui a pergunta que fica é onde estava o Ministro dos Negócios Estrangeiros que deveria abrir os caminhos, facilitar os acessos e garantir as ligações institucionais necessários com os países para evitar este vexame.

Como as coisas foram feitas, sem as explicações necessárias e convincentes os cabo-verdianos se sentiram indignados e feridos no seu orgulho, os atletas se sentiram desprotegidos e o país se sujeitou a uma humilhação.

Se o visto foi pedido pelo Governo como se fez crer quais as garantias que o Governo não deu, que custou esta recusa de visto ao Governo de Cabo Verde?

Não podemos ignorar o facto de a seleção ter sido recebida ao mais alto nível por suas Excelências o Primeiro-ministro e o Presidente da República demonstrando, em princípio, o engajamento cimeiro dos Órgão de Soberania deste país.

Esta Declaração Política tem por objetivo denunciar esta situação, manifestar a nossa indignação e solicitar, encarecidamente, ao Governo para que medidas sejam tomadas para impedir que situações idênticas voltem a acontecer.

Temos que redescobrir as raízes mais profundas sobre as quais se fundam a diplomacia cabo-verdiana e reencontrar ou reinventar as luzes que iluminaram os caminhos da projeção deste pequeno país muito para além das suas dimensões.

Esperamos que, apesar dessas turbulências todas, a nossa seleção tenha o melhor desempenho na sua primeira participação numa competição mundial.

Obrigado

Praia, 11 de novembro de 2020

Rui Semedo